

rina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 26 de Janeiro de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 414/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Arlindo Semedo, natural de Santíssimo Nome de Jesus, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Setembro de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Declaração n.º 250/2007

Por ter havido duplicação na publicação do despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 8 de Agosto de 2007, publicado sob o n.º 20 832/2007, de 11 de Setembro, declaro nulo o despacho n.º 21 210/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 13 de Setembro de 2007.

19 de Setembro de 2007. — O Chefe do Gabinete, *Pedro Duarte Silva*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 22 402/2007

De acordo com o disposto no artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que, por despacho do director-geral dos Serviços Prisionais de 22 de Fevereiro de 2007, foi autorizado o regresso ao serviço em 9 de Abril de 2007 de Luís Miguel Vieira Alcarva, guarda da carreira de pessoal do Corpo da Guarda Prisional, de nomeação definitiva, após licença sem vencimento de longa duração.

20 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 22 403/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que, por despacho de 6 de Dezembro de 2006 do director-geral dos Serviços Prisionais, foi autorizada a Cristina Maria Ruivo de Jesus Pedreiro, guarda da carreira de pessoal do Corpo da Guarda Prisional, de nomeação definitiva, o gozo de licença sem vencimento de longa duração, com início a 1 de Janeiro de 2007.

20 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 18 415/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., de 26 de Abril de 2007, foi Alexandra Neto Anciães contratada, precedendo concurso externo, em regime de contrato administrativo de provimento, para realizar estágio de ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe de medicina legal, da carreira de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. O referido contrato, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007, data que corresponde ao início do estágio, é celebrado pelo período de um ano, podendo ser prorrogado, nos termos do n.º 4

do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, até à data da posse.

A presente publicação anula o aviso n.º 11 768/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 9 de Novembro de 2006.

4 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Aviso n.º 18 416/2007

Através do aviso n.º 11 895/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 2 de Julho de 2007, foi Rodolfo António Correia Silva nomeado na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro único de pessoal do INML, I. P., para exercer funções no Gabinete Médico-Legal do Funchal.

Considerando que o funcionário em causa não aceitou o respectivo lugar dentro de prazo previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, é dada sem efeito a referida publicação.

12 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Aviso n.º 18 417/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 5 de Setembro de 2007, foi a licenciada Maria Manuela Ferreira Marques nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnico superior de 1.ª classe de biblioteca e documentação, da carreira de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal único do INML, I. P., para exercer funções na Delegação do Sul, após confirmação de cabimento emitida pela 1.ª Delegação da DGO. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

12 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Deliberação (extracto) n.º 1917/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de Abril, aprovou a orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., e que a Portaria n.º 522/2007, de 30 de Abril, aprovou os estatutos do mesmo Instituto, o conselho directivo, em sessão de 17 de Maio, deliberou nomear, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de Abril, os seguintes directores dos serviços de patologia forense, em concordância com as propostas fundamentadas dos directores das respectivas delegações e tendo em conta possuírem o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotados de competência e aptidão para o exercício dos cargos, conforme decorre dos seus currículos académicos e profissionais:

Prof. Doutor Agostinho José Carvalho dos Santos, para exercer o cargo de director do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Norte;

Prof.ª Doutora Maria Cristina Nunes de Mendonça, para exercer o cargo de directora do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Centro;

Licenciado Francisco Manuel Matias da Costa Santos, para exercer o cargo de director do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Sul.

Estas nomeações, nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, são feitas em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, produzindo efeitos a partir de 21 de Maio de 2007.

Nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de Abril, os referidos directores de serviços técnicos optaram pela remuneração correspondente ao seu lugar e regime de origem.

12 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Nota curricular

Nome — Agostinho José Carvalho dos Santos.

Data de nascimento — 21 de Julho de 1962.

Naturalidade — Pedroso, Vila Nova de Gaia.

Habilitações literárias e profissionais — licenciatura em Medicina pelo Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, pós-graduação em Medicina Legal — curso superior de Medicina Legal (Instituto de Medicina Legal do Porto), doutoramento em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), especialista em medicina legal pela Ordem dos Médicos.

Actividade profissional — chefe de serviço de medicina legal na Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

(INML), com o grau de consultor da carreira de medicina legal. Coordenador do internato médico em medicina legal da Delegação do Porto do INML e coordenador nacional do internato médico em medicina legal. Professor auxiliar convidado de Medicina Legal da FMUP, director do curso superior de Medicina Legal (FMUP e INML), coordenador do módulo de Ciências Tanatológicas do mestrado em Ciências Forenses da Universidade do Porto e coordenador do curso básico de Medicina Legal do programa doutoral em Ciências Forenses da mesma Universidade, sendo ainda docente colaborador em diversas licenciaturas e pós-graduações, designadamente na Universidade Fernando Pessoa e Universidade Católica Portuguesa.

Actividade científica — autor e co-autor de 16 trabalhos publicados na íntegra (em revistas nacionais e estrangeiras) e de 74 trabalhos apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais. Participa em projectos de investigação e orienta diversas teses de mestrado. Membro da International Academy of Legal Medicine, Sociedade Espanhola de Medicina-Legal y Forense e Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal. Membro do conselho científico da *Revista Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal*.

Nota curricular

Maria Cristina Nunes de Mendonça.

Doutorada em Medicina e Cirurgia pela Universidade Complutense de Madrid, com equiparação pela Universidade de Coimbra na especialidade de Sociologia Médica (Medicina Legal). Especialista de medicina legal com o grau de consultor e chefe de serviço da carreira médica de medicina legal.

Professora auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Professora visitante em diversas universidades nacionais e internacionais (Universidade de Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade Internacional da Figueira da Foz, Universidade Complutense de Madrid).

Co-coordenadora do módulo de Antropologia Forense dos mestrados em Medicina Legal e Ciências Forenses da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto e do mestrado em Medicina Legal da Universidade de Coimbra.

Coordenadora nacional da equipa médico-legal de intervenção em desastres de massa e representante substituto do Ministério da Justiça na Comissão Nacional de Protecção Civil.

Membro do conselho de coordenação da avaliação do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais da área da medicina legal e das ciências forenses. Membro do conselho científico de algumas publicações científicas nacionais e internacionais da área da medicina.

Orientadora de múltiplas teses de mestrado e algumas de doutoramento, a nível nacional e internacional.

Membro de alguns grupos de trabalho no âmbito da sua actividade profissional, bem como de diversos júris de concursos administrativos e académicos.

Autora ou co-autora de numerosos artigos científicos publicados, bem como de comunicações e conferências em reuniões científicas nacionais e internacionais. Co-autora de um protocolo modelo de investigação forense de mortes suspeitas de terem sido produzidas por violação dos direitos humanos.

Organizou diversos cursos de pós-graduação na área da medicina legal e ciências forenses, quer a nível nacional quer internacional, nomeadamente no México e no Kosovo.

Tem participado em diversas missões internacionais, quer sob os auspícios do Governo Português (São Tomé e Príncipe, Timor e Tailândia) quer de governos de outros países, das Nações Unidas ou de ONG (Bósnia-Herzegovina, Croácia, Kosovo, México, Colômbia, Costa Rica e Chile), sobretudo no âmbito de situações de violações dos direitos humanos.

Exerceu previamente a função de coordenadora do Gabinete Médico-Legal da Figueira da Foz.

Nota curricular

Francisco Manuel Matias da Costa Santos, licenciado em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, efectuou o internato complementar nos Hospitais Cívicos de Lisboa e o serviço médico à periferia no concelho de Santiago do Cacém. Após concurso público para técnico superior de medicina legal, em 1981, iniciou funções no então Instituto de Medicina Legal de Lisboa (IMLL). Fez toda a sua carreira de medicina legal neste Instituto, actual Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, onde detém a categoria de chefe de serviço, com o grau de consultor. Foi coordenador do serviço de tanatologia forense nos períodos de 1995 a 1998 e, mais recentemente, desde Setembro de 2006. Concomitantemente com a sua carreira médico-legal, frequentou, na qualidade de voluntário, a especialidade de Radiodiagnóstico, no Hospital de Santa Maria, após o que viria a criar a Unidade de Imagiologia Forense no IMLL, de que foi coordenador. Por nomeação do então

director da instituição, representou o IMLL no Serviço Nacional de Protecção Civil Nacional, Distrital e Municipal até 1997.

Também por concurso público, iniciou a carreira docente na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa como assistente convidado da disciplina de Medicina Legal e Toxicologia Forense, em 1977. Durante cerca de 26 anos exerceu funções docentes nesta Faculdade, bem assim como na Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa, Escola da Polícia Judiciária, Centro de Estudos Judiciários, curso superior de Ciências Militares da Academia Militar, Escola de Serviço de Saúde Militar e nos cursos superiores de Medicina Legal e de mestrado em Medicina Desportiva. Foi ainda orientador de formação de médicos internos da especialidade de medicina legal e de estagiários dos PALOP.

Pertence a várias sociedades científicas e é autor ou co-autor de cerca de uma dezena de trabalhos. É membro do conselho directivo do Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos. Foi distinguido com três louvores pela sua actividade pericial: um, em 1982, do conselho científico da Faculdade de Medicina de Lisboa e os dois outros dos Ministros da Justiça Dr. Fernando Nogueira (1989) e Dr. Laborinho Lúcio (1992).

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 22 404/2007

Por despacho de 10 de Setembro de 2007 do presidente:

Foi nomeado para o lugar de conservador do registo civil de Vila do Conde e exonerado à data da posse no novo lugar o licenciado Adriano Machado Pinto de Azevedo, conservador do registo civil de Póvoa de Varzim.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo predial da Horta e exonerada à data da posse no novo lugar a licenciada Carla Susana da Silva e Costa, adjunta do notário de Vale de Cambra, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil e predial de Proença-a-Nova.

Foi nomeada para o lugar de conservadora dos registos civil e predial do Crato a licenciada Ana Maria Correia Antunes, adjunta da conservadora dos registos civil e predial de Figueiró dos Vinhos, a exercer interinamente as funções de conservadora dos registos civil e predial do Crato.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil de Faro e exonerada a data da posse no novo lugar a licenciada Clara Maria Cardoso Moço, conservadora dos registos civil e predial de Mértola, a exercer interinamente as funções de conservadora do registo civil de Alcobaca.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina do registo civil da Horta a licenciada Cláudia Maria Ganito Barroso, conservadora dos registos civil, predial e notária de Lajes do Pico.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil, predial e notária de Mourão a licenciada Eva Filipa Martinho Morais Geraldo, adjunta do conservador dos registos civil e predial de Vagos.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil e predial de Meda a licenciada Fátima Isabel Gonçalves Marta, adjunta do conservador dos registos civil e predial de Póvoa de Lanhoso.

Foi nomeada para o lugar de conservadora dos registos civil e predial de Oliveira Frades e exonerada à data da posse do novo lugar a licenciada Guida Maria Varanda Pereira de Oliveira Diogo, conservadora dos registos civil e predial de Aguiar da Beira.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina do registo civil de Silves a licenciada Isabel Cristina Campos Amaral Coelho, conservadora do registo civil de Odemira.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil, predial e notária de Marvão a licenciada Isabel Maria Batista Louro, adjunta do Conservador dos registos comercial e automóveis de Coimbra.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil de Aveiro e exonerada à data da posse no novo lugar a licenciada Isabel Maria da Silva Salvado Sanchez, conservadora do registo civil da Mealhada.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do registo civil de Ponta Delgada e exonerada à data da posse no novo lugar a licenciada Joana Isabel do Couto Duarte da Costa, conservadora dos registos civil e predial de Vila Franca do Campo.

Foi nomeado para o lugar de conservador interino dos registos civil e predial de Sátão o licenciado José Manuel Pais Gavinhos, conservador dos registos civil e predial de Figueira de Castelo Rodrigo.

Foi nomeado para o lugar de conservador dos registos civil e predial de São Brás de Alportel e exonerado à data da posse no novo lugar o licenciado José Silvestre Pinto, conservador do registo civil de Albufeira.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina dos registos civil e predial de Arruda dos Vinhos a licenciada Maria da Assunção